

## **SOLENIIDADE DE INSTALAÇÃO DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS\***

**NILSON VITAL NAVES**

*Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do  
Conselho da Justiça Federal*

A exposição de motivos do projeto que se transformou na lei de 1984 a propósito dos juizados especiais, na época juizados de pequenas causas, dizia ser um dos problemas mais prementes a prejudicar o desempenho do Poder Judiciário o tratamento processual inadequado das causas de reduzido valor econômico e, conseqüentemente, a inaptidão do Judiciário atual para a solução barata e rápida dessa espécie de controvérsia. Cito sempre essa exposição, porque fiz parte da comissão redatora do anteprojeto que se converteu na Lei nº 7.244, de 1984. Desde então, o Poder Judiciário vem demonstrando sua capacidade de acompanhar as mudanças impostas pelo movimento social, de renovar-se e de aperfeiçoar seus procedimentos sem receio de ousar o inusitado.

Os juizados, como disse no meu discurso de posse, citando o Presidente da Associação Brasileira de Juízes, são a ousadia que deu certo. Conhecemos os princípios que o prestigiam: a oralidade, a simplicidade, a informalidade, a economia processual e a celeridade. Esses juizados iniciaram-se em 1982, em experiência pioneira, totalmente informal, no Rio Grande do Sul, estendendo-se, posteriormente, ao Estado do Paraná.

A lei de 1984 facultou a criação dos juizados pelos estados – e não poderia fazer de outro modo, à falta de um preceito na Constituição. A Constituição de 1988 contemplou-os na área estadual – Lei nº 9.099, de

---

\* Palavras improvisadas na abertura da solenidade de instalação da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, Brasília, 30/9/2002.



1995. Em 1999, a Emenda Constitucional nº 22 abriu as portas para a instituição dos juizados no âmbito federal, e, em 2001, tivemos a Lei nº 10.259, que os criou. O anteprojeto foi redigido nas salas do Superior Tribunal de Justiça por uma comissão da qual fez parte o Ministro Ruy Rosado de Aguiar, que tem por eles admiração e carinho especial. Graças à sua inteligência brilhante e incomum, os juizados vêm ganhando campo e, durante este ano, estão sendo instalados pelo Brasil afora. A sua importância é enorme, porque mexem com os regimes tradicionais de solução de conflitos, eliminam a lentidão, prestigiam os princípios que tornam rápida a prestação jurisdicional e ampliam o acesso à Justiça – para que os senhores tenham uma idéia, pela 4ª Região já tramitam quase 90 mil processos. Até certo ponto, isso me preocupa porquanto o projeto, quando saiu daqui, fixava a competência para as causas de até quarenta salários mínimos.

No dia em que o Presidente da República encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, houve uma solenidade no Palácio, e, naquela oportunidade, encontrava-me na Presidência do Superior Tribunal de Justiça, devido à ausência do Ministro Paulo Costa Leite. Dessa forma, eu, o Presidente da Associação, na época o Juiz Flávio Dino, e o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na época o Juiz Tourinho Neto, participamos daquela cerimônia. A caminho, concedi algumas entrevistas e disse que a competência estabelecida era a de até quarenta salários mínimos, mas o então Advogado-Geral da União, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, falou-me: “De ontem para hoje, aumentamos de quarenta para sessenta salários mínimos”. E acrescentou: “Em reunião com o Ministro da Previdência, S. Exa. disse terem mais ou menos esse valor de 80% a 90% das causas que circulam pela Justiça Federal. O objetivo é trazer para os juizados essas causas”. Como afirmei, esse ponto me preocupa, pois não podemos deixar ocorrer com os juizados o que vem acontecendo com as varas tradicionais – o Ministro Ruy Rosado de Aguiar tem outra posição a respeito.



Estamos reunidos para instalar a Turma de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. A lei prevê a uniformização quando ocorrer divergência entre Turmas da mesma Região, que será apreciada por Turma formada naquela Região; porém, quando a divergência ocorrer entre Turmas de Regiões diferentes, será apreciada, exatamente, por esta Turma, presidida pelo Coordenador-Geral e composta por membros das diversas Regiões e Turmas.

Ao declarar instalada a Turma de Uniformização, integrada pelos juízes cujos nomes já declinei nas palavras iniciais de saudação, sob a Presidência do Coordenador-Geral, Ministro Milton Luiz Pereira, permitam-me testemunhar a contribuição do Conselho da Justiça Federal para o aperfeiçoamento de nossas instituições judiciais, a par de desejar que esta Turma desempenhe a contento as suas atividades em mais uma demonstração de que os juizados vieram para ficar, para descomplicar e desburocratizar a Justiça, para desafogar as varas tradicionais e os Tribunais Regionais e, em consequência, o próprio Superior Tribunal de Justiça.

Desejando, assim, sucesso a todos, declaro instalada a Turma de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, que, agora, dará início às suas atividades.

Agradeço a presença de todos os senhores.

Muito obrigado.